

O quotidiano de um mestre-escola bracarense, na segunda metade do século XIII Maria Antonieta Moreira da Costa

Como decorria a rotina diária dos capitulares da sé de Braga, na segunda metade do século XIII?

A resposta a esta questão ganhou para nós foro de desafio, pois os manuscritos deixados por estes eclesiásticos e chegados até nós nunca tiveram o propósito de relatarmos, para a posteridade, o dia a dia destes homens.

Portanto, o que aqui vos trazemos sobre essa incógnita que representa o quotidiano dos membros da canónica bracarense, é fruto de uma construção arquitectada sobre bases documentais e bibliográficas, de onde resultou uma exposição que, embora ficcionada, assenta em dados exclusivamente verídicos. Assim, personagens e objectos são todos reais e coexistiram no período cronológico entre 1245-1278¹. O mesmo acontece com alguns dos factos narrados. Estabelecida uma ligação imaginária entre os intervenientes, resultou a presente composição.

Iniciemos, então, a nossa narrativa. A palavra ao narrador e, através dele, a Domingos Peres, ilustre mestre-escola da catedral bracarense e àqueles que, com ele, tomarão parte neste breve relato.

Era de MCCCXVI, Ano da Graça do Senhor de 1278.

Precisamente num sábado, a XIII das kalendas de Setembro², Domingos Peres, mestre-escola de Braga³, acabado de chegar da catedral onde assistira às Laudes⁴ seguidas da missa do dia, celebrada pelo nascer do sol⁵, abria a porta da sua residência na Rua dos Chãos⁶. Habitava a casa que Paio Cabrita, outrora chantre, tinha legado ao cabido⁷. Morava ali desde Junho de 1262, época em que tomara posse do mestre-escolado na catedral da cidade e fora, ainda, nomeado cónego de Lisboa⁸. Mas fazia parte dos seus planos, agora a médio prazo, adquirir casa própria. Um velho sonho que lhe permitiria livrar-se do foro de três morabitinos que, pela ocupação da dita morada, todos os anos havia que pagar à canónica pelo aniversário do dito chantre. De qualquer modo, fora uma sorte tê-la conseguido! Precisamente, quando tanto necessitava de mudar de residência de Guimarães para Braga, não só pelo canonicato que aí tinha conseguido, mas para assumir as funções de mestre-escola da sé, por morte do seu tio Pedro Moniz⁹, falecera João de Ganância, o anterior ocupante da dita casa. Coisas da Providência Divina!

Domingos Peres, que acabara de entrar e fechar a porta atrás de si, esfregou energicamente as mãos pela satisfação que tais recordações lhe causavam, para logo de seguida cair em profundo arrependimento, por tão maldosos pensamentos. Custava-lhe a admitir, mas sempre lhe tinha agradado que João de Ganância deixasse o mundo dos vivos, pois, assim, tinha-lhe calhado a casa que ocupava. Enquanto se voltava para pendurar na parede, ao lado da porta, a sua semi-nova sobrepeliz de lã, que o cónego João Paris lhe legara fazia já alguns anos¹⁰, e sob a qual tinha envergado a sua capa de coro¹¹ que despiu e pendurou também, ergueu o olhar comprometido num movimento rápido em direcção ao tecto, como se esperasse encontrar o céu, rogando mentalmente perdão a Deus por aquele contentamento pecaminoso, que nunca o abandonava quando se lembrava do episódio, aproveitando para agradecer, numa atitude de arrependimento, aquelas telhas que, enfim, não sendo suas, afinal o abrigavam.

Encontrava-se no vestíbulo, que era a maior dependência da casa de dois pisos e cujo chão de pedra estava coberto por um grande e bom tapete¹². Do lado esquerdo, correndo ao longo da parede, havia um escanho¹³ de robusta

madeira de carvalho. Do lado direito, uma comprida arca¹⁴ guardava um bragal¹⁵, alguns panos de bruneta¹⁶, cinco côvados¹⁷ de sarja preta que chegassem para uma garnacha¹⁸ e duas mantas¹⁹. Uma outra arca, ao fundo, mais pequena que esta, continha algumas toalhas de mesa²⁰ e alguns pares de manutégios²¹. Em frente, rompia a parede uma grande porta que dava entrada para a sala. Desta, passava-se directamente à cozinha. Ainda no rés-do-chão, paralelamente à cozinha e em comunicação com esta, havia três pequenas alcovas, estando duas delas respectivamente ocupadas por Domingos Durães e João Anes, seus clérigos²². No outro dormiam Martinho Esteves de Cabanete e sua mulher, seus serviçais²³. Esperava lembrar-se, quando fizesse testamento, de deixar alguns morabitanos para o casamento do filho de ambos de quem era padrinho de baptismo, pois julgava bem o merecerem tanto os pais como o afilhado²⁴. O rapaz, embora tivesse frequentado a escola da catedral e chegado a ostiário, tocado pela seta de Cupido, tinha decidido casar-se e abandonar a vida eclesiástica, embora, enquanto clérigo menor, a tal não fosse obrigado. Transformara-se, então, em foreiro de uma das suas herdades. O matrimónio estava marcado para o S. Miguel de Setembro. Boa escolha! Bom santo e tempo ameno.

Saiu pela porta da cozinha. No terreno atrás da casa havia dois pardieiros²⁵. O mais recente era utilizado para acomodar algumas tralhas que raramente tinham serventia como, por exemplo, a sua cama de viagem²⁶. No outro, bastante degradado e a precisar de reparação, guardavam-se as alfaias agrícolas, sementes, ervas e palha para os animais. Estes eram constituídos por um macho²⁷ que se abrigava no seu pequeno estábulo, e por dois coelhos de criação e algumas galinhas que tinham por lar dois diminutos capoeiros. Na apoteca²⁸ guardavam-se os cereais em tulhas²⁹, o vinho em cubas³⁰ e as respectivas medidas: um moio³¹ para os cereais e um puzal³² para o vinho. Havia ainda um lagar³³, um pequeno pomar³⁴, um jardim³⁵ e, como não podia deixar de ser, um poço³⁶.

Como não avistasse viva alma, chamou alto por Martinho e, como nem este nem ninguém lhe respondesse, voltou ao vestíbulo, onde começou a subir as acanhadas escadas de madeira que levavam ao primeiro andar.

Em cima, havia mais três quartos sobradados, cada um deles com fogão para

amenizar as noites frias de inverno³⁷. Num deles, amplo e soalheiro, virado a sul, dormia o cónego Domingos Domingues, o sobrinho que o mestre-escola tinha criado desde tenra idade³⁸. Era um quarto amplo, com fogão, que apenas tinha um grande tapete aos pés da cama de correias de couro³⁹, coberta por uma simples colcha cardada⁴⁰, preenchendo o restante mobiliário duas arcas, uma mesa e uma cadeira⁴¹. Era, sem dúvida, o melhor quarto da casa.

Um outro, de dimensões assaz menores, era uma espécie de escritório-biblioteca. Um cubículo escuro e solitário que convidava à meditação filosófica e à reflexão espiritual. Uma fresta com pouco mais que a espessura do gume de um cutelo, à laia de janela, mal rasgada sobre a parede poente, e sob a qual se espriava um largo escanço com costas, em cujo assento esperava uma fofa almofada, assegurava ao leitor um minúsculo canto banhado por alguma luz natural. Mesmo ao lado, um armário ostentava os livros do mestre: um Código, um Digesto Novo e outro Velho, um Esforçado e um «*volumen parvum*»⁴², um Livro de Diálogos⁴³, um Breviário, uma Suma, umas «*Raciones*», as Decretais, livros de Gramática e de Lógica e vários outros⁴⁴.

Por último, o quarto do mestre-escola corria por toda a frente do edifício, abrindo para o exterior três janelões que, ora eram inteiramente conquistados pelo radioso sol dos dias quentes, ora lutavam, em vão, para que o agreste vento e a fria chuva dos dias de inverno se mantivessem lá fora.

Domingos Peres deitou a mão à aldraba da porta da sua câmara e, enquanto se esforçava por lhe dar a volta (estava um pouco enferrujada), os seus pensamentos fixaram-se no defunto João Paris. Que jeito lhe estava a fazer aquela capa! Era a sua única sobrepeliz e era o agasalho ideal para sair para as Matinas⁴⁵. Não muito fina nem demasiado pesada. Embora se estivesse praticamente no Verão, sentia as noites frias. Já não era moço, é o que era! Além disso, gostava de uma capa discreta, nem demasiado longa nem curta, e sem mangas excessivamente largas, perfeitamente dentro das normas do Concílio de Latrão⁴⁶. Nada como aquelas garnachas ornadas de penas brancas, todas pomposas, que tanto João Paris como o arcediago Estevão Anes «do Tojal» tinham usado em vida⁴⁷. Recordava-se que a deste último era de uma esplêndida sarja preta⁴⁸, sobressaindo, na gola, umas magníficas plumas alvas⁴⁹. Disseram-lhe, na altura, que Estevão, o servente do falecido

João Paris, embora estivesse muito satisfeito por o cónego não ter morrido sem lhe mandar pagar a soldada de três morabitanos em dívida, tinha ficado um pouco desiludido por não herdar a dita garnacha que o cónego, afinal, deixara, em testamento, à sua irmã Durancina⁵⁰. Mas talvez tudo não passasse de falatório e suposições.

Bom seria se o Paris lhe tivesse também deixado aqueles moios de milho que cobiçara a Domingos Anes e às filhas dele, Estefânia e Maria⁵¹? Os milheirais das devesas de Cepedelos⁵², da sua herdade de Oliveira e do casal que tinha em S. Pedro de Escudeiros⁵³ não tinham dado colheitas nada famosas nesse ano! Que prejuízo! Lá voltava o seu velho vício de cobiçar as coisas alheias! Parecia-lhe que, apesar de se esforçar, haveria de morrer com ele. Mal se dava conta, estava outra vez a prevaricar, invejando uns poucos moios de milho que tinham feito maior bem àqueles pobres cristãos do que fariam a si. Ai, que não tinha emenda! Havia, por certo, de se encher de coragem e revelar ao seu confessor estas frequentes falhas. Enfim, apesar de João Paris não o ter agraciado com outras dádivas, agradeceu, mentalmente, a cortesia do morto. Imediatamente lhe veio à ideia que talvez aquela piedosa reflexão compensasse as anteriores, nada meritórias.

Mas porque se estava agora a aborrecer com coisas que já pertenciam ao passado?

Abriu finalmente a porta do quarto. Era um espaço bastante estreito, mais lembrando uma passagem, alongando-se por toda a fachada central do primeiro andar, mas menos simples e austero do que convinha a um clérigo. O leito novo, que substituíra a sua velha cama de correeira⁵⁴, era uma peça de mobiliário que se evidenciava naquele espaço restrito. Imponente e dourada⁵⁵, a cama apresentava-se coberta com uma colcha bordada⁵⁶. Em tudo se havia de observar a severidade, mas no leito? Como havia de descansar um pobre corpo se não fosse sobre um macio colchão de penas⁵⁷, repousando o pescoço sobre idêntico pulvinar⁵⁸? Certamente que o Senhor não queria o contrário, sobretudo quando se tratava de um homem que em tanto o tinha servido. Ah! Anos e anos a ensinar e a organizar a escola da catedral!

Na parede, sobre a cama, um magnífico crucifixo em talha, incrustado com as

pedras preciosas que mandara retirar a alguns dos seus anéis⁵⁹. Frente ao leito havia duas arcas que o cónego tinha recheadas. A velha arca de madeira, sua companheira desde a infância e escurecida pelo passar dos anos, continha as peças do seu vestuário quotidiano: uma garnacha de chamalote⁶⁰, uma capa «*pellicea*»⁶¹, algumas saias de sarja⁶², um zurame⁶³, três mantos⁶⁴, um tabardo⁶⁵, uma loriga⁶⁶, um guarda-cós⁶⁷, uma toga⁶⁸ nova e uma velha com um grande rasgão sobre o lado direito. A de tom mais claro e também mais recente, que adquirira ainda não fizera um ano pelo S. Miguel de Setembro, albergava dois hábitos talaes, a saber, duas alvas⁶⁹ e ainda um pálio⁷⁰. Ao lado havia uma terceira arca, de dimensões um pouco maiores que as anteriores, onde guardava a liteira⁷¹: almocelas⁷², pulvinares, chumaços⁷³, uma colcha negra⁷⁴, feltros⁷⁵ e lençóis⁷⁶. Pousado no meio da sua tampa plana encontrava-se um grande cofre⁷⁷ onde entesourava alguns áureos e libras⁷⁸, um anel⁷⁹ e uma sortelha⁸⁰. Os olhos do visitante que aqui, por ventura, entrasse, haviam de ser, forçosamente, atraídos por uma lindíssima fiala de prata, sobre uma mesa encostada a um dos cantos, contendo as relíquias de Santa Catarina⁸¹. Perto, sobre um escanho, que completava o mobiliário, estava um bacio com água e uma toalha de linho dobrada e esmeradamente branca. Numa das paredes pendia um escudo defensivo⁸². O chão, parcialmente, coberto por tapetes, ajudava a criar um certo ambiente acolhedor a que se juntava o fogão, sobretudo em tempo de frio⁸³.

Bem... convenhamos que era um quarto um pouco mais exuberante que o do sobrinho, mas a idade e a posição hierárquica do mestre, conferiam-lhe estatuto mais que suficiente para se poder rodear de tal conforto.

Sentou-se na cama. As veias latejavam-lhe na fronte como a ameaçar rebentarem na cabeça, abalada pelas desagradáveis cenas que presenciara na catedral entre os clérigos do coro. Era urgente encontrar meio de terminar com tais comportamentos! Nessa manhã, alguns clérigos tinham-se envolvido numa acesa rixa por causa das distribuições⁸⁴. Todos sabiam que o motor destas quezílias pelas rações diárias, tinham sido as disposições testamentárias do arcediogo Estevão Anes «do Tojal», que falecera em 1267 e deixara instruções para que, durante os dez anos seguintes à sua morte e em todos os dias do mês de Maio, se repartissem entre os cónegos que assistissem às horas de Matinas um morabitino, e às de Terça e de Noa um almude de vinho⁸⁵.

Este gordo legado inaugurara os conflitos, pelo que alguns clérigos do coro traziam já longa contenda sobre o assunto.

Já não era, pois, a primeira vez que se verificavam aquelas tristes figuras! Isto para não mencionar o escândalo ocorrido em Fevereiro passado entre dois acólitos que disputavam entre si os favores de uma certa mulher, e que tinham escolhido a Prima⁸⁶ para se insultarem mutuamente. Embora houvesse sempre, graças ao Senhor, muito o que distribuir, felizmente que os dez anos determinados pelo arcediogo tinham prescrito em Maio do ano anterior, e talvez agora os ânimos começassem a serenar.

Estes e outros desacatos determinavam, de tempos a tempos, a obrigatoriedade de normas de conduta decentes. O Reverendíssimo Pai, Alexandre IV, tomara providências contra os clérigos que, por demasiada ambição, cobiçavam a tal ponto os benefícios dos seus pares e que, para lhes poderem deitar a mão, até chegavam a maquinar a sua morte⁸⁷. Por isso, antes que o assunto chegasse aos ouvidos do sumo pontífice, era aconselhável que o arcebispo tomasse algumas medidas sobre estes casos. Talvez não fosse má ideia proibir aos desobedientes o acesso à distribuição durante um mês ou mais. Era urgente solucionar tais problemas. Os escândalos não podiam continuar!

Desatou a sua esmoleira de seda⁸⁸, que sempre trazia presa à cintura com alguns soldos para dar aos pobres envergonhados. Começou então a aliviar a cinta, também em seda, que o apertava⁸⁹, mas parou, repentinamente, ao reparar na arca à sua frente, encostada à parede, sob a janela. Levantou-se, afastou-a um pouco e meteu a mão numa estreita fenda no soalho. Retirou uma chave e abriu-a. Os seus pequeninos e vivos olhos relampejaram faíscas de contentamento. Ah! Se eles soubessem que aquela arca continha o seu tesouro! Por entre uns panos de sarja cintilavam cinco maravilhosos cifos⁹⁰. Uns de prata e outros de ouro, para deixar a quem entendesse, quando soasse a sua hora.... Nem Domingos tinha daquilo conhecimento! Era prudente continuar a observar vigilância e sigilo. O seguro tinha morrido de velho. Fechou a arca depois de se certificar que tudo estava como sempre encontrava quando a abria.

Voltou a sentar-se na cama, descalçou-se, afastou a colcha e deitou-se entre

ela e a almocela. Finalmente podia descansar um bom bocado. Havia coisas muito importantes a fazer naquele dia. Pensou no sobrinho. Gostava do Domingos, queria para ele um grande futuro⁹¹. E o rapaz correspondia ao interesse e cuidados que por ele tinha. Também gostava da irmã, a Clara⁹². Era submissa e prendada. Fizera-lhe a promessa de lhe deixar a casa que tencionava comprar se continuasse a portar-se tão recatadamente⁹³. Havia de pedir-lhe que lhe remendasse a toga. E, embalado por estas cogitações, adormeceu...

Acordou cerca de duas horas depois com uma leve batida na porta e o sobrinho que o chamava:

– «Tio, adormeceu? Olhe que tem de ir à escola.»

Longe iam os tempos em que assistia às Matinas, voltava para as Laudes e continuava para a Prima sem precisar de se deitar. Agora, que o seu corpo se queixava, sobretudo depois das febres que por três vezes o tinham atormentado, o arcebispo tinha-o dispensado de estar presente nas demais Horas, sempre que se sentisse menos capaz, sem perder o direito às respectivas distribuições. Levantou-se o mais rápido que as suas costas doridas lhe permitiam, arranjou-se, calçou-se e saiu do quarto.

Era tempo de jantar⁹⁴. Descendo as escadas, dirigiu-se para a cozinha passando através do vestíbulo e da sala. Esta era uma dependência que só se ocupava em dias de festa, quando convidava outros cónegos, alguns amigos e familiares para comerem em sua casa, e cujas paredes se encontravam cobertas com bonitos tapetes decorativos, mostrando cenas de caça. Contornou a longa e rectangular mesa de madeira rodeada por escanços, em cujo centro, uma grande escudela repleta de succulenta fruta era bem capaz de abrir o apetite a um morto! Passou frente a duas enormes arcas decoradas com alguns cálices⁹⁵ e vasos de prata⁹⁶, estes últimos ornamentados com coloridas flores.

Entrou na cozinha e resmungou com Martinho por não o ter acordado antes. Ao longo de uma das paredes estendia-se um grande lar de pedra com alguma lenha empilhada do lado esquerdo. Sobre o pobre lume que aí ardia, porque

era Verão, assentavam duas grelhas⁹⁷ e, sobre estas, estavam alguns ferros de cozinha⁹⁸. Havia um forno de canto onde a criada cozia o melhor pão do mundo⁹⁹ e que amassava na velha masseira¹⁰⁰. Do outro lado via-se uma grande tulha, escurecida pelo tempo e pelo fumo, rodeada de várias cubas de tamanhos menores e que serviam para guardar os géneros, como as carnes em salmoura (sobre uma das cubas via-se um almofariz de cobre¹⁰¹). Outros utensílios estavam espalhados ao dependuro pelas paredes: duas caldeiras¹⁰², uma pequena e outra maior e alguns bacios de diversos tamanhos¹⁰³. Havia também uma pequena cuba cheia de vinagre¹⁰⁴. Uma toalha¹⁰⁵ cobria parcialmente a tosca mesa¹⁰⁶, de madeira.

Estava posta a mesa: uma escudela¹⁰⁷ com fruta fresca e variada, dois bacios¹⁰⁸ pequenos com vinho e cinco talhadores¹⁰⁹: um com fogaças¹¹⁰, outro contendo porco no espeto, o terceiro perdiz estufada, o quarto coelho assado e, o último, vaca picada¹¹¹. Sobre o chão de terra e ao redor da mesa estavam vários escanhos. O mestre sentou-se e preparou-se para iniciar uma das principais refeições do dia¹¹², não antes de se ter benzido e de olhar de soslaio para o sobrinho, que o esperava, a certificar-se de que este fazia o mesmo.

Tudo o que se comia naquela casa provinha das suas propriedades. Saborearam aquelas iguarias em sossego, após o que o cónego se levantou e apressou-se a sair de casa.

– «Tio ... tio ..., olhe que se esquece das chaves» – acenava-lhe o sobrinho já ele ia rua fora.

O mestre voltou atrás, arrancou-lhe o molho de chaves da mão e recomendou-lhe:

– «E tu não te esqueças de fazer as leituras de Aristóteles que te indiquei para hoje.»

E lá se foi, arrastando-se pela irregular calçada, passando da Rua dos Burgueses¹¹³ à Rua do Souto¹¹⁴. Como lhe custava andar! Nestes últimos tempos, os ossos dóiam-lhe e estalavam com frequência, e com tão alto estalido que temia, constantemente, partir-se-lhe o esqueleto sob o exagerado

peso do corpo. Estava agora a pagar bem caro o pecado da gula que tanto o tinha atormentado. Era no que davam tantas pitanças¹¹⁵ deixadas pelo defuntos. Já tinha pensado em falar com o físico do arcebispo, mas a rotina do dia a dia ainda não o tinha permitido. Precisava de se apressar para abrir o «*armarium*» onde estavam guardados e presos com cadeias os livros para as aulas da manhã.

De repente, alguém o chamou do outro lado da rua.

– «Saúde¹¹⁶, mestre Domingos Peres. Diligente como sempre, amigo?»

– «Saúde no Senhor, mestre Tomé»¹¹⁷ – retribuiu, arfando, o mestre-escola. «Então já voltou da corte? Cada vez é mais raro termos connosco o nosso tesoureiro! Quem o quiser ver, há-de sempre achá-lo com um pé na corte do nosso senhor D. Afonso e o outro na cúria, em Roma» – reforçou o mestre à laia de censura. «Domingos «Cabanete» deu-lhe o meu recado?»¹¹⁸

O outro, ignorou a crítica e acenou que sim com a cabeça, continuando:

– «Passe mais logo na tesouraria que eu lhe entregarei a soldada para que a pague a Estevão Mendes.»¹¹⁹

Amaciando a voz ao perceber que o seu pedido fora atendido, Domingos Peres explicou:

– «O caríssimo amigo queira desculpar a minha solicitação um pouco antes do tempo, mas fi-la a rogo do que me pareceu uma situação desesperada. Ai estes novos doutores em gramática! Gastam mais do que têm. Estão sempre ávidos para receber a soldada e pouco afoitos para ensinar. Já nada é como dantes! Mas vejo que toma o caminho da Rua de Arras.»¹²⁰

– «Pois sim, mestre. Vou ao notário. Pedro Garcia mandou chamar João Fortes¹²¹ para lavrar o seu testamento. Vou testemunhá-lo¹²². Parece que o arceidiago jaz há alguns dias no seu leito de morte!»

E cumprimentando-se, separaram-se. Rua acima o mestre-escola, rua abaixo o tesoureiro, coberto pelo seu manto¹²³.

Ainda na semana anterior, o mestre-escola, numa manhã como aquela, e no caminho para a catedral, tinha deparado com a pálida e cadavérica figura do arcebispo Pedro Garcia a uma das janelas da sua casa da Rua do Souto ¹²⁴. Amparado pelo cónego João Pais, seu sobrinho, e pelo seu capelão Martinho Anes ¹²⁵, tomava os saudáveis ares da manhã. Pelo aspecto da sua face macilenta e chupada, bem se havia apercebido que não havia de durar muito! Era bem verdade que estava muito doente. Havia de o ir visitar antes que fosse tarde. Outrora, fora uma proeminente figura do cabido. Tinha, inclusive, estado presente como tesoureiro de Braga no juramento de Afonso III em Paris, em 1245, quando este, ainda apenas Conde de Bolonha, declarara vãs promessas para se tornar rei de Portugal ¹²⁶.

Estava uma bela manhã! Enquanto caminhava para o seu destino passou pela Rua da Torre ¹²⁷. Aquela ala de casas do lado direito pertencia quase exclusivamente ao cabido, que as recebera por morte do cónego D. Mateus, havia muito tempo ¹²⁸. Chegado à Rua do Souto reparou como fervilhava de vida! Mercadores e artífices concorriam para fazer da artéria a principal via da cidade. Era ali que tinha a sua tenda Martinho Godinho, sapateiro ¹²⁹. Nesse momento, encontrava-se no sítio em que a rua entroncava com o largo do imponente palácio dos arcebispos, frente à fachada lateral norte da catedral. Os escolares que se aproximavam da sé, com os seus cadernos debaixo do braço, faziam-lhe respeitosas reverências ¹³⁰.

Ao seu encontro veio Estevão Anes, monge da Várzea ¹³¹. Foi forçoso reparar na sua desagradável aparência de maltrapilho, enquanto conversavam. O seu escapulário ostentava pequenos buracos, obra de algum rato certamente esfomeado, semeados aqui e além sobre enormes e sebtas nódoas de gordura que o roedor aproveitara para saborear. Levado por uma súbita vontade de fazer o bem, e não antes de ter chamado a atenção do monge para tanto desalinho, o cónego meteu a mão na esmoleira e deu-lhe cem soldos para comprar um escapulário novo ¹³².

Continuou rumo à catedral. Olhou o firmamento louvando a Deus por uma manhã tão radiosa!

Entrou no claustro. Era um recinto sempre muito movimentado. Grande parte

das dignidades e dos cónegos escolhiam ficar aí sepultados¹³³. Lá estava um dos dois capelães do arcediogo Estevão Anes «do Tojal», rezando sobre a sua sepultura, aspergindo sobre ela água-benta e incensando-a com o turíbulo¹³⁴. Ele próprio costumava integrar o grupo que após ter recitado a Hora de Nona, ia rezar a «*Oratio Dominica*» sobre a sepultura do arcediogo, tal como ele tinha pedido¹³⁵. Havia já grande afluência de alunos à volta de Estevão Mendes, doutor em gramática, que os inquiria sobre os trabalhos de gramática que lhes marcara na véspera¹³⁶.

Entrou na catedral onde grande número de cónegos e clérigos se juntavam já para recitar a Hora de Terça¹³⁷. Os diversos altares encontravam-se constantemente alumados pelas lâmpadas oferecidas pelos fiéis defuntos. Frente ao altar de Santa Maria Madalena, pela qual o mestre-escola tinha grande devoção¹³⁸, ardia perpetuamente uma lâmpada a mando do arcediogo Estevão Anes «do Tojal»¹³⁹. Do mesmo modo ardiavam outras no altar de Nossa Senhora por ordem dos cónegos Roberto¹⁴⁰, Estevão Peres¹⁴¹, João Paris¹⁴² e Pedro Pais, que há muito pouco tempo os deixara¹⁴³.

A devoção dos cónegos e a sua preocupação com a salvação da alma era ainda patente nas peregrinações que financiavam. Alguns estipulavam uma quantia, no testamento, para ser entregue a quem estivesse disposto a ir, em sua vez, em peregrinação à Terra Santa¹⁴⁴. O cónego João Fernandes, por exemplo, tinha tido, ao que parecia, pouca sorte! Deixara 20 morabitanos para que alguém fosse por ele e pelo irmão a Santa Maria de Rocamador¹⁴⁵. Um pobre vagabundo aceitou a incumbência e partiu ... mas para onde? Ninguém o saberia dizer ao certo. Nunca mais ninguém o tinha visto.

Por ali passou o resto da manhã, supervisionando os trabalhos e colhendo informações sobre as aulas de canto com o novo chantre, Gonçalo Gonçalves¹⁴⁶. Este substituíra mestre João, falecido no ano anterior¹⁴⁷. Estavam todos os seus amigos a partir ... e gente nova a tomar conta dos seus postos. Quando chegaria a sua vez? Abanou a cabeça como a sacudir tão lúgubres ideias que agora tão frequentemente lhe dominavam a mente, e tratou de a entreter com o seu trabalho, concentrando-se nele o máximo que podia.

Aproximava-se já a Hora Sexta¹⁴⁸ quando se despediu dos seus colaboradores

e dos escolares e iniciou o caminho de regresso a casa, passando, desta vez, pela Rua Verde ¹⁴⁹, para variar o trajecto.

Mal chegou, foi imediatamente ver os animais. Precisava do seu mulo albardado e aparelhado ¹⁵⁰ pois tinha combinado partir com o arcediogo D. Geraldo para a igreja de S. Miguel de Cabreiros.

Tendo vestido o seu tabardo e já montado, saiu com destino à Rua Nova ¹⁵¹, passando frente ao forno ¹⁵² e dirigiu-se para a Rua de Maximinos ¹⁵³, onde se encontrou com o arcediogo do Couto de Braga.

Este apareceu montado num rocim com freio e sela que o cónego Pedro Pais legara havia poucos meses, em testamento, ao arcebispo ¹⁵⁴. Esta seria uma jornada de pouco mais que uma hora até S. Miguel de Cabreiros, onde D. Geraldo ia visitar o presbítero André Anes, a pedido do mesmo. Seguiriam sozinhos. Não os acompanhavam quaisquer guardas. O percurso não era longo, os dias faziam-se ainda grandes e ninguém havia de querer nada com o mestre-escola e o arcediogo do Couto.

Ainda não era a Hora de Nona ¹⁵⁵ quando lá chegaram. André Anes veio recebê-los ao portal de entrada da igreja. Fazia muito sol, pelo que se recolheram no interior do templo procurando a sombra para conversarem. Era uma simples igreja de paróquia, apenas de uma nave e com uma pequena torre com dois sinos ¹⁵⁶, igual a tantas outras. Havia um frontal e um sobrefrontal na parede ao fundo, frente ao portal de entrada ¹⁵⁷. Sobre o frontal repousava uma ara onde, do lado esquerdo, estava poisado um cálice de estanho. Do lado oposto, via-se um missal e ao lado deste, um breviário e um saltério, um sobre o outro. No centro da ara e sobre um corporal, encontrava-se um cálice de prata coberto por uma pala. Do lado esquerdo do altar, pousados no chão, repousavam um turíbulo e uma campainha para tocar pelo Corpo de Cristo. Do outro lado, encostado ao altar e também sobre as tábuas do sobrado, estavam duas galhetas de estanho. Sobre o sobrefrontal erguia-se, com alguma imponência, uma cruz de madeira ladeada por duas outras pequenas cruces de Limoges, consideravelmente mais ricas ¹⁵⁸.

Atravessaram a nave e entraram na sacristia. Numa prateleira, na parede do

lado direito, viam-se duas antifonárias. Havia também encostadas à mesma parede duas arcas. Do outro lado via-se um armário¹⁵⁹ onde se encontrava preso um «*cathenatum*».

– «Era sobre isto que queria falar ao discreto arcediago», disse o presbítero, em tom baixo e respeitoso e fazendo uma ligeira vénia. «Quando recebi esta igreja, existiam dois livros presos ao armário por cadeados. Acontece que esta semana dei por falta de um. Não tenho explicação para o facto, mas queria que o reverendíssimo tomasse conta do ocorrido, imediatamente.»

– «Ora esta!» respondeu Geraldo Peres, visivelmente aborrecido com a informação. «É deste modo que os nossos templos se vão esvaziando. Isto não pode continuar! Ou são os clérigos que levam sempre consigo alguma coisa da igreja da sua anterior paróquia quando se mudam para outra, ou são os fiéis que cobiçam o que é da casa do Senhor! Fez muito bem em informar-me, mas tenha paciência, vai ter de tentar descobrir o que aconteceu aqui. Já agora, vamos verificar o conteúdo das arcas.»

Enquanto assim falava, Geraldo Peres ia metendo mãos à obra e já levantava a tampa de uma das arcas. De dentro dela tirou dois paramentos sacerdotais completos, um cingulo e um manípulo. Na outra encontrou duas alvas velhas¹⁶⁰ e uma estola¹⁶¹. Virando-se para o sacerdote, inquiriu:

– «E isto? É tudo quanto deveria haver?»

– «Saiba vossa reverendíssima que é tudo quanto recebi e consta do inventário» – respondeu temeroso André Anes, curvando-se e olhando o chão, enquanto unia as mãos sobre o avantajado ventre.

– «Bom...» – retorquiu o arcediago do couto de Braga – «talvez seja melhor, já que aqui estamos, vermos o resto.» E saiu pela porta de trás no seu andar calmo e majestático.

Nas traseiras do minúsculo templo havia um pequeno conjunto de estruturas composto pela casa do pároco, os estábulos e os currais dos animais¹⁶². Aí ruminavam um bom jugo de bois, sete vacas e dois bezerros, e grunhiam sete porcos, as respectivas sete fêmeas e quatro bácoros¹⁶³. Havia mais duas

dependências¹⁶⁴. Na primeira encontravam-se várias alaias agrícolas: uma grade, um arado, duas enxadas, duas foices, três fouchinhas de erva e duas serras¹⁶⁵. A outra era uma espécie de pequeno celeiro onde o sacerdote guardava os ovos, três cubas de vinho e outras três de milho, três arcas de pão e três escanhos¹⁶⁶. Num cercado próximo pastavam vinte e três cabras e, mais ao longe, numa subida do terreno, contavam-se dez cortiços de abelhas¹⁶⁷.

Após ter mostrado tudo isto, André Anes, muito respeitosamente, afirmou, uma vez mais, que era tudo quanto tinha recebido e que de tudo tomava zelosamente conta. O arcediogo não se deixou impressionar pelo tom subalterno do presbítero e admoestou-o pelo desfalque do livro, ordenando-lhe ainda uma outra vez que havia de dar contas dele.

Despediram-se do pároco e, enquanto regressavam, o arcediogo ia contando desagradáveis episódios que comprovavam que exemplos semelhantes abundavam nas igrejinhas das paróquias da diocese, como aquele em que Estevão Domingues espoliara a igreja de Moure quando se tornara reitor da de Mós¹⁶⁸. O arcebispo teve de ordenar ao cónego João Paris e ao porcionário Lourenço Anes que obrigassem o clérigo a restituir tudo o que tinha levado. E, conversando sobre aqueles tempos que viviam, foram-se aproximando da cidade. Lá chegaram quando há muito passara a hora das Vésperas¹⁶⁹.

Aproximando-se da Porta de Paio Manta¹⁷⁰, vislumbraram alguns grupos de vizinhos conversando com gestos um tanto ou quanto exacerbados. O tom exaltado das suas vozes fê-los compreender que algo de extraordinário se tinha passado enquanto tinham estado fora, no campo. Acercaram-se então de um homem e perguntaram-lhe o que tinha acontecido, pelo que de imediato souberam que D. Pedro Garcia, o arcediogo enfermo, tinha falecido no início da tarde. Os funerais estavam já marcados para o dia seguinte.

A notícia provocou-lhes grande consternação. A figura moribunda do arcediogo, que o mestre-escola ainda nessa mesma manhã recordara, já não pertencia ao mundo dos vivos. Olharam-se, conscientes de que as suas mentes tinham captado um pensamento comum: ambos sabiam que o seu fim se aproximava também¹⁷¹. Despediram-se então, com a igual intenção de orarem por aquele irmão nas próximas horas, na catedral.

Eram já as Completas¹⁷² quando Domingos Peres entrou na cozinha da sua casa para cear. Aí se encontravam alguns serviçais, aquecendo-se ao lume do lar e Domingos Domingues que, empunhando um cutelo, ia cortando, sobre um talhador, saborosos e enormes pedaços de um capão assado que comia, acompanhando-o com um ainda quente naco de pão. Sobre a mesa havia um outro talhador com queijo de cabra e macio presunto. Uma escudela transbordava de bom verde tinto carrascão, para molhar a goela.

– «Saúde, tio» – saudou, fazendo um movimento para se levantar em sinal de respeito. «Estava a pensar que já não o via antes das Matinas! Já soube do decesso do ilustre arcediogo Pedro Garcia?»

– «Deixa-te estar, não te levantes» – disse-lhe o mestre-escola. «Infelizmente as más notícias chegam depressa.» E concluiu, em tom solene, recitando: «*Quam nichil est certius morte et nichil incertus hora mortis et quia pater familias nescit qua hora domnus venturus sit*»¹⁷³. «Mas que comes? Eu já não tenho saúde para tanto.»

E dirigindo-se à criada mandou:

– «Venha daí um caldo quente para acompanhar com um bom pedaço de pão de milho.»

E virando-se para trás, agarrou de uma masseira uma boroa de milho¹⁷⁴ também quente, de onde partiu razoável pedaço com o seu canivete de coral que sempre trazia pendurado à cintura¹⁷⁵. Fez as suas orações e começou a comer, aproveitando para dialogar sobre Aristóteles com o sobrinho, como lhe tinha prometido.

Comeram rápido e foram-se deitar para descansar antes de saírem para as Matinas. O novo dia adivinhava-se cheio de emoções e comoções. Iria ter lugar mais um funeral.

Mas a noite não decorreria sem sobressalto, como tanto desejavam.

Regressavam tio e sobrinho das Matinas e já Martinho corria esbaforido ao encontro do cónego.

– «Então que vem lá a ser isso? Boa coisa não me parece...» – perguntou o mestre-escola ao servente, com ar de quem adivinhava grave acontecimento.

– «Saiba o senhor mestre-escola que Nuno Sanches está em vossa casa porque Sancha Peres, a mulher, está muito mal.»¹⁷⁶

– «Esse não conheço!» Disse o cónego, admirado, ao que de imediato respondeu o sobrinho Domingos:

– «Conhece pois, tio. Não se lembra que foi ele que comprou a adega da Rua do Concelho ao seu homónimo cónego Domingos Peres¹⁷⁷? Que até pensavam que a tinham comprado a si, por causa do nome?»

– «Ah! Esse? Já me recordo. Mas o que quer de mim?»

– «Quer pedir-lhe que lhe faça uma cura na mulher, pois ela não pára de berrar, de tal modo que levanta toda a rua» – respondeu o criado, enquanto empurrava a porta da entrada que deixara apenas encostada, pois tinham chegado.

No vestíbulo, um homem magro, barbudo e de baixa estatura, levantou-se do escanho em que se encontrava sentado, com tanta força como se as suas pernas fossem duas catapultas e rojou-se aos pés do mestre-escola, chorando, gemendo e pedindo, entre baba e ranho, a grande benesse de lhe acalmar a mulher que, deitada na cama, em casa, estrebuchava.

Domingos Peres, não quis ouvir mais. Virou-se para o sobrinho e mandou-o a correr ao seu quarto. E que lhe trouxesse a sortelha que guardava no cofre, após o que a meteu numa bolsa de seda¹⁷⁸ que pedira ao criado para ir buscar. E lá saiu, porta fora, com o homem, rumo à Rua do Concelho¹⁷⁹.

O mestre-escola já estava habituado a episódios semelhantes para os quais usava a sua sortelha e algumas orações que, ditas com fé, geralmente surtiavam o efeito desejado e acalmavam o paciente. Era verdade que a Igreja se insurgia contra algumas práticas deste género, mas se até os próprios tratados de medicina, como por exemplo, o do falecido João XXI, misturavam receitas farmacológicas com esses procedimentos...¹⁸⁰ Era preferível recorrerem aos

clérigos do que aos que tinham celebrado pactos com o demo¹⁸¹. Do mal o menos.

Ultrapassada mais uma dificuldade da sua missão como discípulo de Deus, Domingos Peres já não voltou a casa e, da Rua do Concelho, tomou o caminho da catedral para se juntar, logo pela manhã, aos que assistiriam aos funerais de Pedro Garcia¹⁸².

Após o Ofício dos Defuntos para o qual Pedro Garcia tinha deixado quanto parecesse «*suficiente e digno*»¹⁸³, a procissão fúnebre, na presença de grande concurso de gentes, deambulou pela catedral em direcção à coluna que se erguia ao meio da capela de Domingos Bermudes, outrora cidadão de Braga¹⁸⁴. A pedra tumular pegava com o pé do altar mas não entrava no espaço da catedral. A sepultura ficou à altura do pavimento da igreja.

Após ter sido sepultado o arcediogo, o cortejo rumou ao claustro onde, na presença do cabido e de grande multidão de homens e mulheres, o venerável D. Estevão Gomes, cônego e penitenciário de Braga, entregou ao tabelião João Fortes o testamento de Pedro Garcia, «*selado com o seu verdadeiro e íntegro selo*», para ser lido¹⁸⁵. Estavam também presentes representantes de algumas confrarias da cidade, na esperança de que o defunto não se tivesse esquecido delas: S. Francisco, S. Tiago, Santos do Paraíso, S. João da Rua Nova, S. Martinho de Dume, S. Pedro e S. Mamede de Este¹⁸⁶.

Os cônegos que tinham assistido ao funeral estavam todos satisfeitos, porque o arcediogo ordenara que lhes fossem distribuídos seis morabitanos. Também os clérigos do coro não tinham sido esquecidos. O arcediogo deixara-lhes, igualmente, alguns morabitanos. Fora da catedral, juntavam-se muitos pobres e, sobretudo, leprosos vindos da Corredoira, esperando que alguma coisa lhes tocasse, como era costume. Mas parece que não tinha sido essa a vontade de Pedro Garcia¹⁸⁷.

Acabada a leitura do testamento, o povo debandou, algo desiludido. Entretanto, para dar cumprimento às últimas vontades do arcediogo, iriam ser chamados os artesãos para iniciarem a construção de um altar e de um sacrário de madeira junto à sepultura do cônego. As obras da abóbada, para nela se

abrirem janelas capazes de iluminar a capela, iriam também começar em breve. Estava ainda programado o início da construção de uma albergaria na Rua Nova, com capacidade para seis camas, para a qual o arcediogo deixara meios. Tudo isto seria tratado pelos herdeiros do falecido, o cónego João Pais e Martinho Soares, ambos seus sobrinhos¹⁸⁸.

Pelo seu lado, Domingos Peres dedicaria o resto do domingo à oração. Os primeiros dias da semana estavam destinados para visitar os casais de Oliveira, de Penso e de Santa Maria de Oleiros, que tinha emprazados¹⁸⁹.

E toda esta azáfama que se avizinhava, lembrou ao nosso cónego que a Misericórdia Divina era imensa e manifesta na vontade dos cónegos benfeitores da cidade e que, sobretudo, estava vivo e a rotina quotidiana o esperava.

O que ele não podia sequer suspeitar era que, a partir desse dia 21 de Agosto de 1278, em que um venerável cónego bracarense, outrora tesoureiro e até ao dia anterior arcediogo de Neiva, tinha ido a enterrar, pouco mais tempo lhe restava de vida. O Senhor chamá-lo-ia também, num dia igual a tantos outros do ano de 1281.

A catedral, essa, permaneceria igual a si mesma, no centro da cidade, encerrando nas suas paredes a maravilhosa história de eclesiásticos, fiéis e peregrinos, como um grande livro de pedra, «*ad perpetuam rei memoriam*».

Notas

¹ Estudado por nós na dissertação de Mestrado intitulada *O Cabido de Braga na Segunda metade da Centúria de Duzentos (1245-1278)*, apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2000.

² Dia 20 de Agosto de 1278. Este dia foi sábado, pois no testamento de Pedro Garcia (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41) está indicado que o dia 21 de Agosto ocorreu a um Domingo.

³ Sobre ele, cf. Maria Antonieta M. Costa, *O Cabido de Braga ...*, pp. 188-190.

⁴ Hora canónica, possivelmente entre as 5 e 6 da manhã (Humberto Eco, *O nome da Rosa*, Difusão editorial, Lisboa, 17.ª edição, Lisboa, p. 13).

⁵ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 75.

⁶ Embora possuísse casas nesta rua da cidade de Braga, não sabemos se era aqui que o mestre-escola morava (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

⁷ A.D.B., Gav. dos Legados e Sufrágios, n.º 8.

⁸ A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n.º 23.

⁹ Maria Antonieta M. Costa, *ob. cit.*, pp. 186-188.

¹⁰ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

¹¹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32.

¹² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49. A descrição da casa tem por base outras descrições existentes. Ver: Ana Maria S. A. Rodrigues, «O domínio rural e urbano da colegiada de São Pedro de Torres Vedras no final do século XV», *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras*, Patrimónia Histórica-Estudos, Cascais, 1996, pp.155-156; David Lepine, *Brotherhood of Canons Serving God. English Secular Cathedrals in Later middle Ages*, Woodbridge, The Boydell Press, 1995, pp. 114-123; e ainda A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1981, pp. 63-86. «O símbolo de conforto e da elegância das habitações medievais estava no revestimento das paredes e dos soalhos», pelo que tomámos a liberdade de forrar as paredes da sala de Domingos Peres com tapetes, os quais eram usados apenas nos palácios reais ou nas casas dos grandes senhores (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 83).

¹³ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76. Banco (Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário Das Palavras, Termos e Frases [...]*, ed. Crítica de Mário Fiúza, II, Livraria Civilização, Porto/Lisboa, 1966, p. 228).

¹⁴ As arcas aparecem abundantemente referidas nos testamentos (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76).

¹⁵ A indicação de bragais aparece, sobretudo, nos testamentos.

¹⁶ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49. Pano de cor castanha (*Revised Medieval Latin World-List, from British and Irish sources*, prepared by R. E. Latham, M. A., The Oxford University Press, London, 1994, p. 57). As brunetas eram panos de qualidade inferior e um

dos seus centros de produção mais importante era a cidade francesa de Douai perto de Lille e Arras (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 58).

¹⁷ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 33. *Cubitus* – antiga medida de comprimento que correspondia a 0,66 m (A. Moreno, *Dicionário Complementar da Língua Portuguesa*, Editora Educação Nacional, Porto, 1956, p. 383).

¹⁸ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30. Vestimenta talar larga e com cabeção, que usam os magistrados e sacerdotes (Fernando J. da Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Ed. Domingos Barreira, 4.ª edição, Porto, 1984, p. 806).

¹⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

²⁰ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76.

²¹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 8, Livro II dos Testamentos, n.º 5 e *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, III, ed. crítica pelo Pe Avelino de J. da Costa, Junta Distrital de Braga, Braga, 1990, n.º 907, pp. 353-354. Toalha a que o sacerdote limpa as mãos, em abluções rituais (Fernando J. da Silva, *ob. cit.*, p. 1010).

²² Clérigos do cônego, mencionados no seu testamento (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

²³ Servidores do cônego, mencionados no seu testamento (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

²⁴ Existia entre os cônegos o costume de auxiliarem o casamento de familiares e servidores através de legados em dinheiro (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 10 e Livro II dos Testamentos, n.º 55).

²⁵ Os pardieiros aparecem frequentemente mencionados nas escrituras de compra como fazendo parte dos terrenos que se vendem (A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 113).

²⁶ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 28, Livro I dos Testamentos, n.º 43 e Livro II dos Testamentos, n.º 36. «*Lectus de carraria*», expressão que pensamos ter o significado que no texto lhe damos, pois a palavra «*carraria*» é sinónimo de «viagem» (*Revised Medieval Latin World-List ...*, p. 73).

²⁷ Pertencia ao mestre-escola (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49). Macho asneiro, filho de cavalo e burra (Viterbo, *ob. cit.*, Livraria Civilização, Porto/Lisboa, 1966, p. 432).

²⁸ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 10 e Livro II dos Testamentos, n.º 55.

²⁹ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

³⁰ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

³¹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 9 e Livro II dos Testamentos, n.º 54. Medida que podia ser usada para o pão ou para o vinho (Viterbo, *ob. cit.*, p. 416).

³² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 10 e Livro II dos Testamentos, n.º 55. O mesmo que puçal ou poçal, antiga medida para vinho (Viterbo, *ob. cit.*, p. 500).

³³ A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 692.

³⁴ A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 692.

³⁵ A.D.B., Livro II dos Testamentos, n.º 16.

³⁶ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 33.

³⁷ Segundo David Lepine, os aposentos dos cónegos das catedrais inglesas tinham fogão no quarto. Embora o clima do nosso país seja mais ameno que o da Inglaterra, achámos que o nosso mestre-escola era merecedor de igual conforto (David Lepine, *ob. cit.*, pp. 114-123).

³⁸ É o próprio Domingos Domingues quem o afirma no seu testamento (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 57).

³⁹ «*Lectum meum de corrigiis*», A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76.

⁴⁰ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 9 e Livro II dos Testamentos, n.º 54.

⁴¹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76.

⁴² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 2.

⁴³ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76. O *Liber Dialogorum* era uma importante obra de S. Gregório que conheceu grande divulgação na Idade Média (Isaías da R. Pereira, «Livros de Direito da Idade Média», *Lusitânia Sacra*, 8, Centro de estudos de História Eclesiástica, Lisboa, 1970, p. 89).

⁴⁴ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

⁴⁵ Hora canónica, possivelmente entre as 2h e 30m e as 3h (Humberto Eco, *ob. cit.*, p. 13).

⁴⁶ Referimo-nos ao IV destes concílios. Realizado no ano de 1215, proibia aos sacerdotes o uso de vestes luxuosas (A. D. de Sousa Costa, «Concílio», *Dicionário de História de Portugal*, II, dir. de Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Porto, 1979, pp. 140-142).

⁴⁷ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

⁴⁸ A sarja era um tecido usado para trajes de pouca cerimónia (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 58).

⁴⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30.

⁵⁰ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

⁵¹ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

⁵² O mestre-escola era dono destas devesas (A.D.B., Livro II dos Testamentos, n.º 16).

⁵³ Estas propriedades também pertenciam ao mestre-escola (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

⁵⁴ «*lectum de correeira*», que pensamos ser uma cama de tiras de couro (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30). Aparece-nos ainda com outra designação «*lectum de corrigiis*».

⁵⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76.

⁵⁶ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76.

⁵⁷ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 28, Livro I dos Testamentos, n.º 43 e Livro II dos Testamentos, n.º 36.

⁵⁸ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

⁵⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49. Tomámos a liberdade de colocar na parede, sobre o leito do mestre-escola, este maravilhoso crucifixo que, por volta de 1278, ainda só existia na sua imaginação. Esta obra aparece encomendada no seu testamento, e citamos «*unus crucifixus levatus cum imagine beate Virginis et ponantur in eum lapides anulorum meorum*». Num outro testamento, desta vez de um leigo, encontrámos ordem semelhante, pois é deixada uma peça de prata para que dela se fizesse uma cruz pondo-lhe três anéis do testador, pelo que poderá tratar-se de um costume generalizado (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 3).

⁶⁰ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 10 e Livro II dos Testamentos, n.º 55. O chamalote ou camalote era um tecido semelhante ao cetim (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 59).

⁶¹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 8. Livro II dos Testamentos, n.º 53 e *Liber Fidei* ..., n.º 907, p. 353-354. Capa feita ou forrada de peles finas (Fernando J. da Silva, *ob. cit.*, p. 1183).

⁶² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32. Túnica ou hábito do clérigo (Viterbo, *ob. cit.*, p. 548).

⁶³ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 28, Livro I dos Testamentos, n.º 43 e Livro II dos Testamentos, n.º 36. Também zorame, cerome ou çorame, espécie de capa antiga (A. Moreno, *ob. cit.*, p. 1379).

⁶⁴ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79. «O mesmo que casula» (Viterbo, *ob. cit.*, p. 388).

⁶⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 33 e Livro II dos Testamentos, n.º 77. Manto fendido dos dois lados, a partir dos ombros, para facilitar os movimentos (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 32).

⁶⁶ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 8, Livro II dos Testamentos, n.º 53 e *Liber Fidei* ..., n.º 907, p. 353-354. Saia de malha com escamas de aço ou ferro que fazia parte da armadura (Viterbo, *ob. cit.*, p. 370).

⁶⁷ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49. Casaca que apertava o corpo (Viterbo, *ob. cit.*, p. 300).

⁶⁸ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 8, Livro II dos Testamentos, n.º 53 e *Liber Fidei*..., n.º 907, p. 353-354.

⁶⁹ A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 44.

⁷⁰ A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 44. Este termo surge, muito frequentemente, designando uma peça de vestuário: um manto (*Revised Medieval Latin World-List* ..., p. 328) ou faixa de lã branca com cruces negras, ornamento concedido pelo papa aos altos dignitários da Igreja (Maria Teresa N. Veloso, *D. Afonso II, relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Tese de Doutoramento, Coimbra, 1988, p. 57).

⁷¹ Expressão que designava o conjunto das roupas de cama (Viterbo, *ob. cit.*, p. 364).

⁷² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 23 e Livro II dos Testamentos, n.º 68. «Cobertor, coberta ou manta de seda, lã ou linho, mais ou menos fina e preciosa que servia na cama dos ricos e pobres» (Viterbo, *ob. cit.*, p. 418).

⁷³ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 23 e Livro II dos Testamentos, n.º 68. Traveseiro de plumas (Viterbo, *ob. cit.*, p. 99).

⁷⁴ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76.

⁷⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32 e Livro II dos Testamentos, n.º 76. Coberturas de feltro (*Revised Medieval Latin World-List ...*, p. 191).

⁷⁶ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 22 e Livro II dos Testamentos, n.º 67.

⁷⁷ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

⁷⁸ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 9, Livro II dos Testamentos, n.º 54 e Gav. dos Testamentos, n.º 27.

⁷⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

⁸⁰ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 33. Anel de pedras que se julgava exercia poder curativo sobre as doenças ou livrava de malefícios (Viterbo, *ob. cit.*, I, p. 570).

⁸¹ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 75.

⁸² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 8, Livro II dos Testamentos, n.º 53 e *Liber Fidei*, ..., n.º 907, p. 353-354.

⁸³ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

⁸⁴ Alguns clérigos encontravam-se ausentes às horas canónicas mas compareciam às respectivas distribuições. Não encontramos esta situação que descrevemos, mas é muito provável que este legado, que efectivamente existiu, ou outros semelhantes, tenham dado lugar a este tipo de comportamentos. Os estatutos do Sínodo de Braga de 1326, mostram a necessidade de regulamentar estas desagradáveis ocorrências (Isaiás da R. Pereira, «A Vida do Clero e o Ensino da Doutrina Cristã através dos Sínodos Medievais Portugueses – séc. XII-XV », *Lusitânia Sacra*, 10, Lisboa, 1978, p. 59).

⁸⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30.

⁸⁶ Hora canónica pouco antes da aurora (Humberto Eco, *ob. cit.*, p. 13).

⁸⁷ Pela bula *Discriminem preteriti* do papa Alexandre IV de 5 de Abril de 1255, o sumo pontífice tentou remediar tais situações (A.D.B., Caixa das Bulas, cx. 1, n.º 10).

⁸⁸ «*helesmonariam de seta*» (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

⁸⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

⁹⁰ Os cifos vão sendo referidos ao longo do testamento do mestre-escola (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

⁹¹ Domingos Domingues veio a substituir o tio no mestre-escolado, após o que foi deão de Braga (Maria Antonieta Moreira da Costa, *ob. cit.*, p. 237).

⁹² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

⁹³ Efectivamente, o cônego cumpriu a promessa, legando à sobrinha a casa em que morava, quando faleceu (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

⁹⁴ «Jantava-se, nos fins do século XIV, entre as dez e as onze horas da manhã; mas nos séculos anteriores, essa hora teria de recuar para as oito ou nove» (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 7).

⁹⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

⁹⁶ A.D.B., *Liber Fidei* ..., n.º 907, p. 353-354, Livro I dos Testamentos, n.º 12 e Livro II dos Testamentos, n.º 57.

⁹⁷ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

⁹⁸ «*et mando eciam ei fferros de coquina*» (A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79). Supomos que esta expressão designaria os potes de ferro em que se cozinhava, os espetos e outros utensílios do mesmo metal.

⁹⁹ Não encontrámos qualquer referência a uma cozinha com forno, mas, em contrapartida, sabemos da existência de um forno na Rua Nova (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 9 e Livro II dos Testamentos, n.º 54) e da Rua do Forno Velho (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 31 e Livro dos Testamentos, n.º 75).

¹⁰⁰ A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 44.

¹⁰¹ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 33.

¹⁰² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32.

¹⁰³ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32.

¹⁰⁴ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32.

¹⁰⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 32.

¹⁰⁶ A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 44.

¹⁰⁷ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 33.

¹⁰⁸ Segundo Salvador D. Arnaut, os bacios serviam para os alimentos líquidos (Salvador D. Arnaut, *A arte de comer em Portugal na Idade Média*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1986, p. 74).

¹⁰⁹ A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 44. São referidos neste inventário dois *tallatores* que Salvador D. Arnaut identifica como utensílios de cozinha sobre os quais se talhavam alimentos sólidos (Salvador D. Arnaut, *ob. cit.*, p. 74).

¹¹⁰ «Bolas ou pães delgados, cozidos debaixo da cinza ou rescaldo» (Viterbo, *ob. cit.*, p. 275). Qualidade de pão muito frequente que apenas aparece nos nossos documentos como alcunha (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30: *D. Pedro Peres, dito «fogaça»*).

¹¹¹ A ementa foi seleccionada tendo em conta que a carne era a base da alimentação (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 8-9).

¹¹² A outra era a ceia (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 7).

¹¹³ A.D.B., Livro II dos Testamentos, n.º 16.

¹¹⁴ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 33 e Livro II dos Testamentos, n.º 77.

¹¹⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 10 e Livro II dos Testamentos, n.º 55. Doações em dinheiro ou géneros para uma refeição, geralmente com obrigação de comemoração de aniversários (Viterbo, *ob. cit.*, p. 418).

¹¹⁶ Expressão de saudação muito utilizada nas cartas e nas bulas.

¹¹⁷ Maria Antonieta Moreira da Costa, *ob. cit.*, p. 183.

¹¹⁸ Maria Justiniana P. Lima Maciel, *O Cabido de Braga no Tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998, p. 228.

¹¹⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

¹²⁰ A.D.B., Livro II dos Testamentos, n.º 16.

¹²¹ João Fortes foi o tabelião que redigiu o testamento de Pedro Garcia (A.D.B., Livro II dos Testamentos, n.º 41).

¹²² Foi uma das testemunhas deste testamento (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41).

¹²³ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

¹²⁴ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41.

¹²⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41.

¹²⁶ A.D.B., Livro das Cadeias, n.º 105.

¹²⁷ A.D.B., Livro II dos Testamentos, n.º 16.

¹²⁸ A.D.B., Livro II dos Testamentos, n.º 16.

¹²⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

¹³⁰ Conhecem-se, neste período, cerca de onze alunos na escola catedralícia de Braga (Maria Antonieta M. Costa, *ob. cit.*, p. 88).

¹³¹ Mosteiro da Várzea na freguesia de S. Bento e Santa Comba, concelho de Barcelos (Avelino de J. da Costa, *O Bispo D. Pedro*, Biblos, vol. XXXIV, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1959, p. 648).

¹³² Na verdade, este monge aparece contemplado no testamento do mestre-escola com a respectiva quantia para a compra do dito escapulário (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

¹³³ A maior parte dos cônegos de quem possuímos testamento escolheram o claustro da Sé para local de sepultura.

¹³⁴ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30.

¹³⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30.

¹³⁶ Segundo o método de Bernardo de Chartres, a parte da manhã era destinada à correcção dos trabalhos marcados no dia anterior. Este Estevão Mendes aparece mencionado como «*doctori in gramatica*» no testamento de Domingos Peres Vinagre (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

¹³⁷ Hora canónica que correspondia às 9 horas (Ana Maria S. A. Rodrigues, *ob. cit.*, p. 201).

¹³⁸ Domingos Peres deixou ordens para que se construísse um altar em honra desta santa, na catedral (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49).

¹³⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30.

¹⁴⁰ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 9 e Livro II dos Testamentos, n.º 54.

¹⁴¹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 10 e Livro II dos Testamentos, n.º 55.

¹⁴² A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79.

- ¹⁴³ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 33 e Livro II dos Testamentos, n.º 77.
- ¹⁴⁴ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30.
- ¹⁴⁵ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 27. Segundo a tradição, Santo Amador, eremita de Quercy, França, terá construído junto da sua cela, na encosta de um rochedo, uma capela dedicada à Virgem. Na Idade Média, este santuário tornou-se um famoso lugar de peregrinação pelos milagres que a Virgem operava, tendo a capela dado lugar à igreja de Santa Maria de Rocamador, de «Roca» (rocha) e «Amador», o nome do Eremita. No século XIII fundou-se, inclusive, um hospital, destinado a acolher os peregrinos, sob a invocação de S. João Evangelista. Actualmente, Santo Amador é uma povoação situada no departamento de Lot, Narbona. Este santuário, tornou-se conhecido em Portugal em 1189, aquando da vinda de cruzados normandos para ajudar na conquista de Silves (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, «Rocamador», vol. XXV, editorial Enciclopédia, L.ª, Lisboa-Rio de Janeiro, 1947, pp. 831-832).
- ¹⁴⁶ Maria Antonieta M. da Costa, *ob. cit.*, p. 180.
- ¹⁴⁷ A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30. Mestre João faleceu em 1277 (Maria Antonieta M. da Costa, *ob. cit.*, pp. 178-179).
- ¹⁴⁸ Hora canónica que correspondia ao meio-dia (Ana Maria S. A. Rodrigues, *ob. cit.*, p. 201).
- ¹⁴⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 42.
- ¹⁵⁰ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.
- ¹⁵¹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 9 e Livro II dos Testamentos, n.º 54.
- ¹⁵² A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 42.
- ¹⁵³ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 5 e Livro II dos Testamentos, n.º 50.
- ¹⁵⁴ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 33 e Livro II dos Testamentos, n.º 77.
- ¹⁵⁵ Hora canónica que correspondia às 15 horas (Ana Maria S. A. Rodrigues, *ob. cit.*, p. 201).
- ¹⁵⁶ Do inventário da igreja constavam, efectivamente, dois sinos (A.D.B., Gav. 1.ª das Igrejas, n.º 143 e Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 44).
- ¹⁵⁷ Todos os objectos nomeados constam dos dois inventários existentes sobre esta igreja (A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 44 e Gav. 1.ª das Igrejas, n.º 143).
- ¹⁵⁸ No original «*duas cruces de Alemoges*». A partir dos «ateliers» monásticos da abadia de *Saint-Martial*, fundada em 848 e pertencente a Cluny desde 1062, a cidade de *Limoges* tornou-se conhecida de Jerusalém a Kiev, para Oriente, e até à ocidental Irlanda. Produzindo, primeiramente, esmaltes «*cloisonnés*», os artistas de *Limoges* inventaram, mais tarde, o processo designado por «*champlevé*», que consistia em esculpir sobre couro. Entre os séculos XII e XIII esta arte terá conhecido grande florescimento, recebendo os seus executores encomendas da Inglaterra e de Espanha. Faz parte da colecção do Museu Municipal de *Limoges* uma colecção de 300 esmaltes que compreendem um suporte de cruz do século XII (Jean Peyard, «L'art à Limoges», *Encyclopédie Française*, Librairie Larousse, Paris, 1974, p. 7160).
- ¹⁵⁹ O armário era um móvel que, nesta época, não se utilizava nas habitações dos leigos. Encontrava-se apenas nas igrejas para guardar os objectos de culto (A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 80). O armário não faz parte das peças do inventário da igreja em questão, mas se aí existia um «*cathenatum*», achamos pertinente que esta igreja possuísse um armário ao qual o livro pudesse estar amarrado por um cadeado.

¹⁶⁰ Vestimenta talar de pano branco com que o sacerdote católico celebra alguns actos de culto (Fernando J. da Silva, *ob. cit.*, p. 6).

¹⁶¹ Fita larga que o sacerdote coloca por cima da alva ou da sobrepeliz (Fernando J. da Silva, *ob. cit.*, p. 694).

¹⁶² Este complexo de estruturas não consta dos inventários.

¹⁶³ A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 44. O assento da igreja refere estes animais.

¹⁶⁴ Também não constam dos inventários.

¹⁶⁵ O documento faz referência a estas alfaias.

¹⁶⁶ Os géneros e os escanhos estão também aí indicados.

¹⁶⁷ As cabras e os cortiços também faziam parte dos bens da igreja.

¹⁶⁸ A.D.B., Gav. 1.ª das Igrejas, n.º 204.

¹⁶⁹ Hora canónica cerca das 16h e 30m (Humberto Eco, *ob. cit.*, p. 13).

¹⁷⁰ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 30.

¹⁷¹ Sem dúvida que assim era (Maria Antonieta M. Costa, *ob. cit.*, pp. 188-190 e 199-201).

¹⁷² Hora canónica cerca das 18 horas (Humberto Eco, *ob. cit.*, p. 13).

¹⁷³ Alusão à parábola do ladrão que aparece em alguns testamentos (A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 33).

¹⁷⁴ Segundo Salvador D. Arnaut, «já em 1258 se fala de boroa de milho» (Salvador D. Arnaut, *ob. cit.*, p. 12).

¹⁷⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

¹⁷⁶ Este casal surge referido numa carta de compra datada de 1278, registo da aquisição que fizeram de uma adega ao cônego Domingos Peres (A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 712).

¹⁷⁷ Maria Antonieta M. Costa, *ob. cit.*, p. 235.

¹⁷⁸ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.

¹⁷⁹ A.D.B., Grav. das Propriedades Particulares, n.º 712.

¹⁸⁰ José Mattoso, *ob. cit.*, p. 400.

¹⁸¹ O episódio da sortelha foi idealizado tendo por base uma afirmação que o chantre Mestre João faz no seu testamento: «*Item mando quod dent eidem domno Archiepiscopo c solidos qui mihi debentur super quadam sortelia ...*» (A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 33). Estaria ele a referir-se a uma dívida que alguém tinha contraído para com ele por alguma prática mágica que realizara, ou referia-se, simplesmente, à venda de uma sortelha que não lhe tinham ainda pago? De qualquer modo, podemos sempre perguntar-nos qual a utilidade do objecto nas suas mãos?! Ora, segundo José Mattoso, embora a Igreja tentasse desacreditar tais procedimentos, era corrente, no século XIII, que o clero presidisse à invocação de forças sagradas, quer benéficas quer maléficas, através de diferentes fórmulas que tentavam tornar compatíveis com o dogma. Acreditava-se no poder de certos rituais, objectos sagrados, relíquias e até pedras preciosas, como será o caso da nossa sortelha (José

Mattoso, *Identificação de um País, ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325 – I Oposição*, Editorial Estampa, 5.ª edição, 1995, pp. 399-405). De facto, na época a que nos reportamos, os encantamentos e sortilégios existiam, pois o sínodo de Braga de 1281 proibiu-os ao clero.

¹⁸² Sobre os rituais da morte ver: Elisa Domingues Costa Carvalho, *A Morte do Alto Clero Bracarense (séculos XII-XV)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Universidade do Minho, Braga 1999.

¹⁸³ Trata-se da própria expressão usada no testamento.

¹⁸⁴ A descrição do funeral do arcediogo Pedro Garcia é narrada a partir do seu testamento (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41). O arcediogo pediu para ser sepultado nesse mesmo lugar.

¹⁸⁵ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41.

¹⁸⁶ Estas confrarias surgem mencionadas em alguns testamentos (A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.ºs 31 e 35 e Livro II dos Testamentos, n.ºs 75 e 79).

¹⁸⁷ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 31 e Livro II dos Testamentos, n.º 75. Lugar da cidade de Braga (Avelino de J. da Costa, *ob. cit.*, p. 562).

¹⁸⁸ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41.

¹⁸⁹ A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 49.